

O debate sobre a militarização na comissão estadual da verdade do estado do Paraná

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (*in memoriam*)

Samara Feitosa¹

Marcelo Bordin²

Resumo: O presente texto apresenta o relatório final original da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, relativo às instituições policiais e seu processo e militarização, apresentando ao final, algumas considerações sobre possíveis mudanças. A publicação dessa versão, que não difere em nada da que foi publicamente divulgada e ela está sendo publicada aqui como uma homenagem póstuma ao Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, falecido em 27 de novembro de 2021, pois teve participação fundamental na comissão e também foi um de seus coordenadores. Foi um militante ativo na defesa dos Direitos Humanos e também na pesquisa sobre segurança pública.

Palavras-Chave: Militarização, Comissão Estadual da Verdade, Golpe militar de 1964, Tortura, Direitos Humanos.

Abstract: This text presents the original final report of the Paraná State Truth Commission, relating to police institutions and their militarization process, with some considerations at the end about possible changes. The publication of this version, which does not differ in any way from the one that was publicly released, is being published here as a tribute to Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, who died on November 27, 2021, as he played a fundamental role in the commission and was also one of its coordinators. He was an active activist in the defense of human rights and also in research on public security.

Keywords: Militarization, State Truth Commission, 1964 military coup, Torture, Human Rights.

1. Considerações iniciais

Em abril de 2013 foi criada, no estado do Paraná, a Comissão Estadual da Verdade (CEV), que dentre suas inúmeras atribuições, tinha o objetivo de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) na busca de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no período de 18 de setembro de 1964 a 05 de

1 samarasociologia@gmail.com. Curitiba, Paraná. Historiadora e Doutora em Sociologia, atualmente é Professora do Instituto Superior do Litoral – ISULPAR.

2 marcelobordin05@gmail.com. Curitiba, Paraná, Brasil. Doutor em Sociologia pela UFPR, Mestre em Geografia pela UFPR, Bacharel em Ciência Política pela Faculdade Internacional de Curitiba, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Foi Professor Visitante no CEDEAUM - Centro Di Ricerca EuroAmericano Sulle Politiche Costituzionali, da Università del Salento, entre 2022 e 2023. Atua também como Pesquisador do Grupo de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, da Rede Nacional de Pesquisa em Militarização da Educação (RePME) e do Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos - NUPARC (PPGSP/PPGSEG/UVV). Atuou como Professor na Graduação em Criminologia e em Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba) entre 2020 e 2021. Atualmente é Pós-Doutorando em Segurança Pública na Universidade de Vila Velha.

outubro de 1988. Bastante similar à organização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – CNV, a CEV organizou-se também em Gts (grupos de trabalhos), que buscavam ampliar pesquisas com relação às temáticas relevantes no contexto histórico trabalhado.

Nesse sentido, o GT Segurança Pública e Militarização apresenta-se como uma novidade, visto não haver nenhum GT com o mesmo tema desenvolvendo trabalhos na CNV. Muito embora todos os Gts acabem, de alguma forma, entrelaçando suas pesquisas/achados, vale ressaltar que a esse GT especificamente interessava entender como a militarização da sociedade brasileira, processo de longa duração, encontrará no século XX, por meio das suas ditaduras civis-militares, um recrudescimento. São marcos desse fenômeno a utilização das polícias militares no controle e gestão da população civil, e como auxiliares ao exército, bem como a manutenção de sua estrutura hierarquizada e não democrática, marcos esses que persistem e resistem à redemocratização de nossa sociedade.

Da mesma ordem, destaca-se a continuidade de práticas de tortura por parte das instituições policiais, chacinas, mortes sumárias, sequestros, formação de grupos de extermínio e a criminalização de determinadas categorias sociais, exemplificando as práticas não democráticas estabelecidas e legitimadas no período de ditadura que persistem na atualidade à revelia dos poderes instituídos, sentenciando a sociedade brasileira à eternização velada da ditadura.

2. A militarização

A militarização da sociedade brasileira é um processo de longa duração e de maneira geral pode-se dizer que a acompanha desde sua origem. Entretanto, para esse GT é a construção da atual configuração das instituições ligadas à segurança pública o foco de interesse, principalmente porque, é no século XX, por meio das ditaduras civis-militares, que esse processo conhece seu recrudescimento.

O fato é que, no Brasil, a ideia de uma polícia política³ surgirá na República, mais exatamente na década de 1922⁴ (unido a sua primeira grande crise). Anteriormente a polícia

3 Polícia política aqui está sendo pensada como uma instituição responsável pela segurança do Estado, pela manutenção da sua ordem e com existência justificada em nome da defesa dos interesses coletivos.

4 O decreto que cria a Quarta Delegacia auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal é de novembro de 1922, essa delegacia tem como papel informar aos superiores as questões concernentes à segurança pública e à

já tratava da repressão política – principalmente de operários e profissionais liberais que se opunham às decisões do governo recém-instituído –, mas não havia ainda um departamento policial especializado em atividades de repressão política. É no estado de São Paulo, em 1924 que irá constituir-se a primeira Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS); em 1927, o estado de Minas Gerais constituirá a sua, entretanto essas delegacias eram autônomas e guardavam entre si poucas semelhanças. Para que se possa compreender com maior clareza do que se está falando, é necessário lembrar que a formação dos Dops se dá no momento de afirmação do federalismo, que procura consolidar a autonomia dos Estados e evitar o fortalecimento do poder federal frente a esses. Por isso os órgãos de polícia política criados nesse momento têm âmbito estadual e estão subordinadas aos respectivos governadores; não havia uma polícia de atuação federal e é provável que se algo nesse sentido fosse proposto naquele momento atraísse forte oposição.

Somente em meados da década de 1930, a radicalização da situação política no país exigiu que o governo Vargas providenciasse medidas mais severas no sentido da criação de mecanismos pensados como promotores da segurança nacional. A partir de 1935, entra em vigor a Lei nº 38, na qual a polícia passa a dispor de amparo legal para combater os inimigos do regime; há aqui uma clara ligação aos eventos da Intentona comunista e isso dá aos Dops um inimigo comum – **os comunistas**. Assim, de modestas delegacias com poucos policiais nos anos de 1920, os órgãos de polícia política passaram a grandes departamentos nos anos de 1940 e 1950. Entretanto, a característica inicial, de autonomia estadual, ainda faz parte de sua identidade durante boa parte da existência dos Dops, mesmo durante os períodos ditatoriais – por isso mesmo o período de 1964 a 1984 será rico em criar medidas que visavam à centralização, modernização e eficiência desse aparato policial.

Um fator que não pode deixar de ser analisado no tocante à herança militarizada dos aparelhos policiais é a constante participação dessas instituições em conflitos militares, sejam locais, regionais, nacionais (Guerras de Canudos e Contestado, por exemplo) ou mesmo de abrangência internacional (Guerra do Paraguai e nos campos da Itália junto à Força

manutenção da ordem. Vale lembrar que há, nesse momento, no cenário nacional, uma grande preocupação com os imigrantes no que tange às elites brasileiras, tanto causada pelo perfil da população que vem sofrendo alterações, quanto em relação ao medo de que esses estrangeiros pudessem trazer para o território brasileiro as sementes das revoluções que haviam estremecido a Europa.

Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial). Essas constantes participações em conflitos bélicos influenciaram fortemente nos padrões de policiamento atuais, gerando instituições onde o confronto e a violência física em excesso (quando não letal) é sempre a primeira opção. Esse excesso do *ethos* guerreiro, do combate ao crime, de manutenção de espaços públicos militarizados e sob forte vigilância (hoje eletrônica) e às drogas gera um padrão de segurança pública baseado na violência contra determinados grupos sociais, buscando a manutenção de uma utópica “ordem pública”.

Um departamento de polícia federal e com atuação efetivamente nacional só surgirá após o golpe de 1964 como resultado de um longo processo na política de centralização da segurança nacional. Muito embora os Dops estaduais continuassem a funcionar – a pleno vapor – aos poucos tiveram suas configurações alteradas e seu trabalho dividido com instituições como DPF, SNI, CIE, Cisa, Cenimar e DOI/Codi. Cabe, entretanto, lembrar que esse processo de transformação na identidade das polícias como um todo terá como um de seus pontos norteadores as parcerias celebradas em o Estado brasileiro e o governo norte-americano⁵.

Com relação ao Brasil, as primeiras sondagens para a construção dessa parceria se dão em 1957, com a vinda de alguns técnicos norte-americanos para estudar a estrutura das polícias de São Paulo. No início de 1958, há novas conversas, agora envolvendo o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), general Amaury Kruehl. No final desse mesmo ano é realizada uma Conferência Nacional de Polícia (sediada pelo Departamento Federal de Segurança Pública), que tem como um de seus principais objetivos aumentar a cooperação e a capacidade de interferência do DFSP nos organismos policiais dos estados. Frente aos poucos resultados conseguidos na conferência, novamente volta-se a negociações com os Estados Unidos, principalmente por meio da ICA (International Cooperation

⁵A bem da verdade, o governo norte-americano já vem, desde o final da segunda guerra mundial, criando mecanismos para influenciar as constituições dos aparatos de segurança nacional dos países que participaram desse conflito. Na América Latina, por exemplo, a Guatemala receberá, em 1954 (logo após o golpe), o primeiro programa de treinamento policial – com coordenação norte-americana – para garantir que as forças do aparato repressivo se concentrassem na vigilância à esquerda e derrotassem futuras tentativas de retomada do poder.

Administration), criada inicialmente para financiar projetos de interesse norte-americanos em várias áreas do mundo, entre elas a América Latina e o Brasil⁶.

A intenção é conseguir equipamentos melhores e dispor de mais ferramentas para centralizar o trabalho policial e submetê-lo ao DFSP. Mas o pacote ofertado pelos norte-americanos inclui a vinda de técnicos para treinamento e um acordo mais amplo, que requer a participação de outros estados da federação, além do distrito federal. Em 1959 chega ao Brasil, capitaneados por Joseph Lingo, um grupo de policiais norte-americanos que tem como missão fazer contato com as autoridades policiais dos estados mais importantes do Brasil e sondá-los a respeito da parceria. Daí resultaram os primeiros acordos oficiais e o início formal da cooperação, com o envio de seis assessores no começo de 1960 para atuar em cinco estados e no Distrito Federal. Joseph Lingo tornou-se o primeiro chefe da missão policial no Brasil; foi sucedido por Frank Jessup e depois Theodore Brown.

Entre os policiais que vieram no primeiro grupo de assessores norte-americanos, estava Daniel A. Mitrione, o mesmo Mitrione que, em 1970, é assassinado pelos Tupamaros no Uruguai. Há relatos sobre a utilização, por Mitrione e seus companheiros, de mendigos como cobaias nas aulas de tortura ministradas em Belo Horizonte. Todavia é muito provável que a esse respeito (torturas) tenha ocorrido uma troca de experiências entre as instituições, já que a polícia brasileira tinha largo conhecimento do tema⁷. É fato, entretanto, que entre as muitas atividades desenvolvidas pelo grupo de assessores estava a identificação e seleção de policiais que posteriormente seriam enviados aos Estados Unidos para treinamento. Se para os americanos a presença de assessores no Brasil era importante, também era de suma importância essa seleção já que assim haveria a possibilidade de estreitamento de laços, a conquista e formação de quadros nas forças policiais nacionais favoráveis à política norte-americana na luta contra o comunismo.

Assim, entre 1960 e 1972 foram enviados para cursos oferecidos e/ou custeados pela USAID cerca de oitocentos policiais brasileiros (entre civis e militares). Além do grupo

6 A partir de 1961 a ICA é substituída pela USAID (United States Agency for International Development) e tem como objetivo ampliar os trabalhos iniciados anteriormente. No Brasil os acordos MEC – USAID são os mais conhecidos e os que mais geraram polêmicas na opinião pública, mas, como se verá, eles atingem de forma contundente as políticas de segurança pública desse período.

7 Sobre esse tema há extensa bibliografia, conferir Burihan, 2008, Vargas 2012, dentre outros.

treinado no exterior, uma quantidade muito maior de policiais recebeu, em território nacional, algum tipo de formação dado pelos assessores americanos no Brasil (algo estimado em torno de 100 mil policiais) É claro que não se está sugerindo que absolutamente tudo o que foi apresentado nesses treinamentos terá total assimilação e aceitação por parte dos policiais treinados, mas é impossível negar a influência desse processo no desenrolar dos fatos em território nacional.

Os destinos desses oficiais mandados para fora era o mais diverso possível, de Universidades Americanas à Academia Interamericana de Polícia (IAPA), com cursos que funcionavam dentro do complexo militar norte-americanos na Zona do Canal. No geral os cursos no IAPA duravam em torno de três meses e incluíam matérias como controle de distúrbios, contrainteligência, contrainsurgência, comunismo internacional, relações-públicas, investigações, operações policiais básicas, controle de fronteiras, investigações, tráfego urbanos, aulas de tiro, manejo de explosivos, exercícios físicos.

Não é mera coincidência, portanto, que dentre os vários documentos que hoje estão no acervo da CEV encontre-se o **MANUAL POLICIAL de Controle de Tumultos e Distúrbios Cíveis**, editado pelo Estado do Paraná em 1964. No prefácio do manual, escrito pelo tenente-coronel Ítalo Conti, ressalta-se a importância do trabalho feito por Almir Chagas Vilela no sentido de destacar o valor do policial formado pela nova Escola de Polícia. Segundo ele:

Pouco tempo passou desde quando começamos a dar importância a esse aspecto da guerra revolucionária. Constitui mesmo uma fase das mais importantes, o momento em que o órgão policial se vê obrigado a energicamente agir, e quase sempre exposto à execração pública por uma imprensa distorcida ou por políticos profissionais da subversão. Passa-se como numa guerra, com a diferença que é muito mais difícil, então, justificar as inocentes vítimas. (Manual Policial de Controle de Tumultos e Distúrbios Cíveis – apresentação).

O manual, em suas páginas discorrerá sobre quase todos os temas citados nas formações dos policiais formados nas Escolas norte-americanas. Títulos como relações com a imprensa; Informação – setor de inteligência; procedimentos básicos nas operações; meios coercitivos empregados no controle de tumultos e distúrbios cíveis, entre outros, compõem o volume.

Ainda sobre os cursos ofertados para os policiais, há um curso específico para policiais de alta graduação, com a duração de cinco semanas, cuja ênfase se dá na doutrina e nas técnicas de combate ao comunismo – é a Conferência Sobre Segurança Interna. Suas aulas são no IAPA e ministradas em língua espanhola, o que requeria dos alunos um maior nível de instrução. Em alguns casos, os policiais que passavam pela formação eram convidados a permanecer temporariamente no IAPA como instrutores auxiliares. Isso visava, principalmente, dois pontos: a complementação do pessoal técnico da escola – nem sempre em número suficiente para atender as demandas – e, ainda, prestigiar as corporações dos países-parceiros.

Tratava-se, portanto, de formar uma “primeira linha de defesa” (ou first line of defense) contra o comunismo. Para os norte-americanos seriam as forças de segurança civis que deveriam dar o primeiro combate aos subversivos, além de cumprirem outra tarefa fundamental, a produção de informações sobre organizações e líderes revolucionários. Nessa concepção estratégica, somente se o aparato policial se mostrasse insuficiente é que as Forças Armadas deveriam ser mobilizadas.

No final de 1963 a USAID criará um novo centro de treinamento, dessa vez em território norte-americano – a IPA (Internacional Police Academy) concebida para atender aos oficiais de nível superior – já que a IAPA (que acaba sendo desativada em 1964, muito provavelmente pelo tenso clima político do Panamá) vinha recebendo fortes críticas. Nesse novo centro, a ênfase seria em matérias relacionadas à contrainsurgência e ao controle de distúrbios. A presença de brasileiros e latino-americanos foi significativa e ampliou-se, no caso brasileiro, em decorrência das mudanças políticas no país a partir de 1964.

Após o golpe, caladas as forças políticas contrárias, a presença norte-americana, principalmente nos assuntos ligados à segurança nacional, o programa policial da USAID terá grande expansão. Em 1967 já havia, no Brasil, 23 assessores norte-americanos atuando em 15 estados, além do Distrito Federal. Em Brasília atuavam junto ao Departamento de Polícia Federal, reorganizado em 1964 e transformado em uma polícia efetiva e de alcance nacional. A USAID colaborará, então, na criação de instituições tais como a Academia Nacional de Polícia, o Instituto Nacional de Identificação, o Instituto Nacional de Criminalística e o Centro de Treinamento em Comunicações. Sua ajuda implicou no aporte de recursos financeiros,

treinamento de policiais e assessoramento aos chefes, e a Polícia Federal passa a ser então a “menina dos olhos” da USAID; tanto assim que, quando começam a surgir denúncias internacionais a respeito das práticas recorrentes de tortura nas polícias dos estados brasileiros, o argumento levantado para a não interrupção da colaboração norte-americana era a de que a USAID estava envolvida com a Polícia Federal e não com as polícias dos Estados – numa tentativa de se eximir da responsabilidade de haver treinado também esses policiais e dado suporte aos seus aparatos repressores. Por outro lado, no cenário brasileiro, as Forças Armadas⁸ buscavam manter e expandir sua posição e para tanto foram também ampliando seu

8 Optou-se nesse relatório em trabalhar de forma mais detalhada a militarização das polícias durante o regime militar de 1964 a 1984, mas isso não significa que as Forças Armadas não tenham, durante esse mesmo período, criado mecanismos de refinamento de seu próprio funcionamento. Exemplo disso é o desenvolvimento do Serviço Nacional de Informações que, como se sabe, vem sendo gestado desde a segunda guerra mundial. Criado em 1946, o SFICI Serviço Federal de Informações e Contra Informações (decreto-lei 9775-A) só entrará em vigor em 1956, durante a gestão de Juscelino Kubistchek. Criado como um órgão civil encarregado de atividades de contraespionagem e contrainformação, em 1958 estabelece que sua secretaria geral seria responsável pela elaboração de estratégias de nível nacional no que concernisse a matérias atinentes à segurança nacional; sua primeira grande missão estava ligada à prevenção da possível expansão dos ideais comunistas no território nacional, principalmente porque a Revolução Cubana era pensada como incentivadora desse alastramento. Resultado disso será uma maior profissionalização desses agentes e das primeiras produções teóricas nesse campo. Segundo Mathias e Andrade (2012), são frutos desses momentos: Glossário de Informações, das *Noções sobre operações clandestinas*, bem como *Instrução particular que regula o funcionamento da Subseção de Operações (SSOP)*, todos datados de 1960. Apesar disso, após o golpe de 1964, o SFICI é reestruturado e se institui o Serviço Nacional de Informação (SNI) que agora apresentará características mais operativas e terá a função de auxiliar a nação a alcançar seus objetivos. Por essa razão será centralizado, dotado de recursos e meios, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda a espécie. Logo após ser nomeado para a chefia do SNI no dia 25 de junho de 1964, Golbery do Couto e Silva, recorreu ao auxílio estadunidense para a montagem do novo órgão. Nesse mesmo ano é fechado com a CIA (Agência Central de Inteligência) um acordo de “Relações de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço Americano”, tudo isso porque havia o consenso entre as Forças Armadas de que o SNI ainda não estava preparado para atuar como um sustentáculo ao regime e a administração do governo. Na busca desse ideal, a 2ª Seção do Exército foi reestruturada, criando-se o CIE (1967). No mesmo período o SNI expandia seu controle na administração governamental: criou-se as Divisões de Segurança e Informação (DSI) que teriam como função informar sobre tudo o que acontecia na administração, desde o comportamento dos funcionários, até as relações ministeriais. Ocupadas por militares das três forças, as DSIS acabaram adquirindo força extraordinária, muitas vezes, maiores até que as das próprias autoridades públicas. São criadas ainda as Assessorias de Segurança e Informações – ASI’s que operavam em organismos e empresas federais; assim, cada ministério civil poderia ter uma DSI e várias ASI’s e é a criação dessas instituições que amplia a rede do SNI e fortalece o sistema de informação do governo militar, ou Sistema Nacional de Informações (SISNI). Em 1968 a Aeronáutica dará início à montagem do seu Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-SISA), que, após uma reforma em 1970, passa a ser chamado de Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). O Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que havia sido fundado em 1955, é reformulado em 1971 e passa também a combater as atividades políticas ligadas à subversão. É necessário frisar que, embora as três armas tenham organizado instituições ligadas à informação, apenas uma parte da oficialidade estava comprometida e envolvida com elas, por isso mesmo, há historiadores que defendem a ideia de que essas instituições se constituíram como um setor à parte, cuja autonomia em relação à hierarquia militar teria resultado em alguns excessos de violência.

espaço de formação⁹. Surgem daí algumas parcerias entre a Escola Superior de Guerra e algumas universidades. **Maria Judite Barbosa Trindade**, professora aposentada da Universidade Federal do Paraná, em seu depoimento à CEV na Audiência Pública de Curitiba (07 a 09 de outubro de 2013), afirma que a Universidade Federal do Paraná sediou vários desses cursos¹⁰. Dirigidos tanto às novas forças de segurança pública, quanto aos civis de forma geral, esses cursos, segundo a professora, tinham como objetivo formar os novos cidadãos para o cenário social que se organizava.

Outro exemplo disso pode ser observado por meio de uma declaração do ministro da Educação Tarso Dutra, em setembro de 1967, que, em debate com os estagiários da Escola Superior de Guerra, afirma que todas as Universidades Brasileiras passarão a ter um Departamento Cívico: “para que o Brasil dê o bom exemplo ao Continente e as escolas não sejam mais focos de agitação para penetração de teorias subversivas.” Afirma ainda que conta com a colaboração da “emérita” instituição (no caso a Escola Superior de Guerra), para essa demanda.¹¹ Por outro lado, não é novidade alguma o fato de que várias instituições públicas e privadas tinham suas ações mais corriqueiras e cotidianas acompanhadas por “agentes

9 Aqui vale lembrar que já há algum tempo vinham sendo confeccionados pelos intelectuais das Forças Armadas os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina tinha como base conceitual a ideia de uma guerra permanente e total entre o capitalismo e o comunismo. Trabalhando com a ideia do perigo da subversão, já que o mundo polarizado tornava difícil um não posicionamento dos indivíduos, a “guerra” a ser travada não era mais contra inimigos externos, mas estava localizada dentro de seu próprio território (por exemplo, nas seções dos partidos comunistas), eliminando assim a ideia tradicional de fronteira. Pensava-se agora em um conflito permanente e total já que os inimigos estariam em todos os lugares. Nesse caso, a nação também deveria ser mobilizada inteiramente para o conflito, mas como a “guerra” não era travada em uma concepção tradicional de fronteira, poderia, em qualquer momento, assumir um caráter subversivo e revolucionário com parcelas significativas da sociedade se organizando militarmente e recebendo, inclusive, o auxílio externo para tanto. Sendo assim, a Doutrina de Segurança Nacional tinha uma leitura belicista dos processos sociais, convertendo naturalmente, todos os cidadãos em possíveis inimigos públicos, e qualquer divergência política como sinônimo de “guerra” interna.

10 Sobre essa parceria há apontamentos em Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná.

11 Extraído de: https://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=48307.

infiltrados”^{12/13} Sendo, assim, paradoxalmente, a própria Universidade Federal tinha vários de seus cursos acompanhados por agentes de informação. **Dr. Elísio Marques**, em depoimento prestado no dia 19/09/2013 a essa comissão, afirma ter conhecimento de que isso acontecia. Ele mesmo, enquanto cursava Filosofia na Universidade Federal do Paraná, estava em formação na polícia, chegando depois a ser delegado de polícia civil em Araucária. Segundo ele, frequentar a universidade era requisito básico para quem aspirava a cargos maiores. Em seu depoimento afirma ter atuado durante pouco tempo como infiltrado/informante e que não fez nenhum curso específico ligado a essa área, já que o mesmo era ofertado apenas na Escola Nacional de Informação (ESNI).

A título de ilustração, vale, aqui, ainda que brevemente, destacar dentre os muitos momentos relativos à resistência democrática desenvolvida nesse Estado, os eventos ocorridos na Universidade Federal do Paraná, ligados à Lei 4.464 (Lei Suplicy – 09/11/1964), que proibia as atividades políticas estudantis. Por meio dela, todas as instâncias da representação estudantil ficaram submetidas ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, colocando, assim, na ilegalidade a UNE e as UFEs – tradicionais instituições de representação estudantil. Em seu lugar, instituíram-se os Diretórios Acadêmicos (DA), restritos a cada curso e, no âmbito da Universidade, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), buscando eliminar as representações estudantis em nível nacional, bem como diminuir a capacidade de articulação nacional dessa categoria com a sociedade civil. Buscava-se com isso calar a comunidade acadêmica, à medida que todas as decisões passaram a ser tomadas por órgãos

12 A utilização desses informantes já era conhecida em território nacional, entretanto se tornará “profissionalizada” na medida em que o regime sentia a necessidade de uma reformulação de seu sistema repressivo. O Relatório Brasil Nunca mais, aponta, em seu tomo I, páginas 67 a 71, para o fato de que o SNI (Serviço Nacional de Informação), criado por Lei em 13 de junho de 1964, tinha como objetivo formar uma rede de informantes em vários níveis, criando uma série de cursos de formação ofertados pela Escola Superior Nacional de Informação. Para esses cursos irão militares a procura de ascensão em suas carreiras, civis em busca de colocação em funções externas (embaixadas, consulados e afins) e até mesmos estagiários, que deverão, posteriormente, trabalhar com as informações conseguidas por esses agentes. Ainda segundo esse relatório, Curitiba abriga uma agência regional do SNI.

13 Há entre os vários documentos entregues/pesquisados por essa Comissão alguns que citam especificamente o trabalho desses indivíduos. Em um deles, o Major Dulcy Mendes dos Santos, delegado-chefe da 11ª subdivisão de polícia de Cornélio Procópio, em telegrama enviado à Italo Conti, então secretário de Segurança Pública do Paraná, sugere a “infiltração” de elementos de confiança entre os ensacadores de Cornélio Procópio, visto que investigações preliminares o levavam crer que um movimento grevista de “alta envergadura” vinha sendo organizado, mesmo porque havia entre os ensacadores, naquele momento, um indivíduo vindo da Guanabara.

executivos federais e estaduais, expandindo-se, por exemplo, o papel das Secretarias Estaduais de Educação.

De certa maneira, essa lei encontra-se no meio de um pacote de medidas que teve como objetivo uma grande reforma na educação brasileira, já que os acordos MEC-USAID (que embasaram tal reforma) foram assinados e executados entre 1964 e 1968, alguns com vigência até 1971. No período que antecedeu o fechamento desses acordos, assistiu-se à intensificação do debate técnico em torno das limitações e possibilidades da educação contribuir com o tipo de desenvolvimento industrial a ser veiculado pelo novo regime.

Frente aos avanços do regime, o movimento estudantil procurava resistir. No Paraná, por exemplo, a sede da UPE foi invadida pela Polícia Federal, quando da eleição de Stênio Sales Jacob. Isso não significou, entretanto, sua retirada da cena política, já que continuou em funcionamento até o AI-5, quando da prisão de grande parte da liderança estudantil no episódio da Chácara do Alemão (apresentado nesse relatório pelo GT Graves Violações de Direitos Humanos).

Ainda com relação às ações de Suplicy, outro episódio merece destaque. Cumprindo compromissos assumidos com a reforma educacional, Suplicy instituiu o pagamento de anuidades para os calouros que ingressariam na universidade (UFPR) a partir de 1968. Tal cobrança, embora não atingisse os veteranos, seria gradativamente introduzida aos novos ingressantes de tal maneira que, pouco a pouco, todos os acadêmicos da instituição pagariam anuidades. Essa medida serviu de elemento desencadeador de uma intensa agitação entre os estudantes universitários em Curitiba, já que, segundo eles, barraria o acesso de muitos pretendentes às vagas naquela instituição, principalmente os que fossem oriundos das parcelas menos privilegiadas economicamente.

Como primeira ação, a UPE organizou uma movimentação na qual orientou todos os calouros a pedirem isenção da taxa de anuidade, vista que o regulamento interno da universidade previa essa possibilidade. Mas a situação de enfrentamento já estava exposta. O quadro tornou mais grave quando o reitor resolveu abrir dois novos cursos noturnos na instituição: Engenharia e Direito abririam agora turmas noturnas e seriam essas as que teriam o maior custo na taxa anuidade. A UPE passou, então, a promover uma série de movimentações e resolveu, entre outras coisas, tomar o Centro Politécnico onde estariam

sendo realizadas as provas de avaliação para o ingresso nos novos cursos noturnos. A principal reivindicação da entidade era a da necessidade de se resolver os impasses acerca das anuidades antes que as provas se realizassem.

No segundo domingo de maio, dia marcado para a realização das provas, os estudantes encontraram um Centro Politécnico ocupado por grande aparato policial. Houve enfrentamento e “cerca de setenta estudantes foram detidos – alguns bastantes machucados – e levados para o quartel da Polícia Militar” (HELLER, 1.988, p.295). Após serem fichados, os estudantes foram liberados, e, em frente do quartel da Polícia Militar, havia um grande contingente de estudantes e familiares à espera da libertação dos manifestantes presos.

A continuidade das provas, marcadas para o dia seguinte, fez com que, novamente, um significativo aparato policial fosse montado no Centro Politécnico. Os estudantes, entretanto, resolveram mudar de tática e, para evitar um confronto aberto, decidiram invadir a reitoria, preparando “barricadas com carros oficiais que iam passando, para garantir o domínio do espaço. Invadiram, também, uma construção ao lado, armaram-se de pés-de-cabra e barras de ferro, arrancaram paralelepípedos e prepararam-se para a guerra”. (HELLER, 1.988, p.296). Na confusão, entre outras coisas, o busto do futuro ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, foi derrubado e arrastado pelas ruas próximas a reitoria.

A notícia da ocupação da Reitoria da UFPR rapidamente se espalhou pela cidade e, diante da possibilidade de um enfrentamento aberto entre as forças policiais e os estudantes, várias autoridades locais se mobilizaram no sentido de mediar o conflito. Depois de extensa negociação, a reitoria foi desocupada pacificamente. Essa conjuntura levou o Conselho Universitário, três dias depois, a suspender o pagamento de anuidades na Universidade Federal do Paraná, mantendo, assim, a garantia da gratuidade do ensino, uma das principais bandeiras levantadas pelo movimento estudantil.

Recentemente, nos eventos de Memória sobre os Cinquenta Anos do Golpe, o movimento Levante Popular repetiu o ato de derrubada do busto de Suplicy. Segue cópia do manifesto apresentado pelo movimento e divulgado via internet:

Por que derrubamos o busto de Suplicy de Lacerda?

No dia 01 de abril de 2014, o Levante Popular da Juventude, juntamente com outros movimentos de estudantes e organizações, Coletivo Tarifa Zero, Coletivo

Quebrando Muros, Coletivo Rua – Juventude Anticapitalista, PSOL, PCB e CALC, - com o apoio do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade Memória e Justiça - derrubou o busto do ex-reitor e ex-ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda. Suplicy foi ministro da Educação no governo do General Castelo Branco, de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966, sendo um dos agentes coniventes com a ditadura e o principal responsável pelo acordo MEC-Usaid, que visava transformar o ensino brasileiro num projeto tecnocrático, alinhado aos interesses imperialistas dos EUA e do capital estrangeiro. Lembramos o que aconteceu em maio de 1968, quando estudantes arrancaram o busto de Suplicy de Lacerda e o arrastaram pelas ruas de Curitiba. E o faremos quantas vezes forem necessárias! Até que essa herança maldita da ditadura militar possa ser retirada de nossas costas! Nesse 1º de abril, ao lembrarmos os 50 anos do golpe militar que assolou nosso país, consideramos ser inadmissível que tal monumento ainda hoje permaneça na Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e que deve servir aos interesses do povo brasileiro, e não exaltar um agente da ditadura. Esperamos que a Comissão da Verdade da UFPR e a Comissão da Verdade Estadual – PR possam encaminhar, junto aos movimentos sociais e sociedade civil, o busto para o devido lugar de memória que lhe cabe. Que seja lembrado como um Agente da Ditadura Militar, que tentou privatizar o ensino público e submetê-lo ao jugo dos imperialistas. Nossas homenagens devem ser feitas àqueles e àquelas que ontem e hoje lutaram pela consolidação da Democracia e da Justiça! Por memória, verdade e justiça! Fora Suplicy!

Levante Popular da Juventude – PR, 01/04/2014.¹⁴

Perante a tal ato, a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná – Teresa Urban, bem como outras entidades da sociedade civil, atuou como mediadora da negociação de devolução do busto à Universidade, o que ocorreu em agosto de 2014.¹⁵

3. Os DOI – CODI

Embora a premissa pensada pelos estrategistas norte-americanos seja a da *first line of deffense*, o Brasil constituirá, a partir do acirramento da repressão, marcadamente pelo AI 5 (ato institucional 5), uma instituição híbrida para trabalhar especificamente na repressão a subversão comunista – trata-se dos DOI – CODI, uma rede nacional interligada de forças de segurança das polícias e das forças armadas, sob o controle militar direto. Assim, no final de 1969 o primeiro desses órgãos é criado em São Paulo, a OBAN (operação Bandeirantes), logo depois o modelo se espalha por todo o Brasil. Segundo Martha Huggins:

O status privilegiado do DOI/CODI ficou fortalecido pelo fato de que, com sua criação, em 1970, as quatro regiões militares tradicionais do Brasil foram

¹⁴ Disponível em: <http://<bit.ly/2qgecby>>. Acesso em: 23 maio 2017.

¹⁵ Para maiores esclarecimentos acerca desse evento, consultar relatório da Universidade Federal do Paraná.

Revista *Direito & Democracia*, Paranaguá (PR), v. 15, n. 15, out. 2024.

reorganizadas em dez “zonas de defesa interna” do DOI/ CODI. Cada uma dessas zonas de defesa interna do DOI/CODI possuía um único CODI, Centro de Comando das Operações de Defesa Interna. Esse CODI identificava as prioridades de segurança interna de sua região, analisava informações de inteligência, planeja as missões de “combate” (em sua terminologia militar) e coordenava os esquadrões do DOI. Esse departamento, DOI, Departamento de Ordem Interna, consistia de uma “força de prontidão para combater diretamente as organizações subversivas,...desmontar sua estrutura material e de pessoal e impedir sua reconstituição.” (Huggins, p. 190).

Na verdade, o que os CODI acabam por fazer foi utilizar os aparatos já organizados, em alguns estados, dos *esquadrões da morte* que já atuavam “ilegalmente” em suas áreas. Ainda segundo Huggins, há por parte das forças armadas o reconhecimento de que elas estariam ainda despreparadas para lidar com a coleta de informações entre civis, precisando assim utilizar os efetivos dos Dops que já se encontravam organizados. Em São Paulo, por exemplo, o primeiro grupo de agentes da OBAN¹⁶ veio todo do DEIC (divisão de investigações criminais da polícia civil) e da RONE, que, sabidamente formavam também os *esquadrões da morte* informais que atuavam na cidade.

Interessante notar que apesar da diversidade ligada à produção bibliográfica concernente ao regime militar, há uma unanimidade entre aqueles que estudam o tema, e que apontam para a criação da Operação Bandeirante como um marco da repressão política e a identificação no seu sucedâneo, o sistema DOI- CODI como seu maior símbolo. Segundo Joffily isso pode estar ligado ao fato de que:

Foram criados e desmontados pelo regime militar; sua composição mista – reunião de representantes das Forças Armadas e das diversas forças policiais – significava uma inovação do ponto de vista da ação repressiva, e ambos carregaram durante todo o período de sua existência uma forte marca de ilegalidade, embora o DOI-CODI, diferentemente da Operação Bandeirante, tenha sido institucionalizado (2008, p. 17, 18).

Pode-se pressupor então que a necessidade de se criar órgãos dessa natureza está diretamente ligada à sensação de que a contestação política e social era um perigo específico, que tinha o potencial de alterar o frágil equilíbrio social, colocando em risco a “ordem”. A

¹⁶ Para Joffily (2005) a criação da OBAN inaugura uma nova fase na ação de repressão aos movimentos de resistência ao regime. Fruto de um longo período de discussões internas entre as forças de repressão, além de contar com a organização e incentivo da USAID, contará com o aporte financeiro de vários grupos internacionais, entre eles o Grupo Ultra, a Ford e a General Motors.

atenção dedicada ao combate às organizações de esquerda torna clara a importância atribuída ao crime político, que na época suplantava, e muito, aquela dada às outras modalidades de contravenção à ordem estabelecida.

Desde seu início o novo órgão constituiu-se sob o signo da ambiguidade. Embora “fundado” oficialmente, não foi institucionalizado formal e juridicamente, restringindo-se a um conjunto interno de medidas administrativas. Ainda que seu objetivo fosse coordenar o combate às ações subversivas, acabava entrando frequentemente em conflito com as outras forças coercitivas que deveria coordenar. Ligado diretamente ao exército, atuava em muitos momentos como uma polícia política.

O funcionamento da Operação Bandeirante repousaria permanentemente sobre essa dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo o suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com a aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do governo. O sólido apoio logístico aliado à implícita autorização para agir clandestinamente – portanto, sem a necessidade de prestar contas – permitiam-lhe uma grande liberdade de atuação. (Joffly, 2008. p. 34)

Estruturalmente o órgão alicerçava-se em três eixos, a partir do Centro de Coordenação: uma Central de Informações (formada pelos oficiais de informação de várias unidades militares, responsáveis por examinar e tratar os informes), uma Central de Operações (constituída pelos oficiais de operações de diversas unidades militares respondendo pelas operações de combate), a Central de Difusão (responsável pelo controle das notícias relativas a segurança interna). Na OBAN:

O Centro de Coordenação era composto pelos comandantes do II Exército (II Ex), da 2ª Região Militar (2ª RM), da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), do 6º Distrito Naval (6º DN), da 4ª Zona Aérea (4ª ZAé), pelo diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), pelo secretário de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), pelo superintendente da Polícia Federal de São Paulo (DPF/SP) e pelo chefe da Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (SNI/ASP). Ao comandante do II Exército recaía “toda a responsabilidade pelo desenrolar das ações da Operação Bandeirante em todos os seus níveis”.(Joffily, 2008.p.35)

Segundo esse modelo, esses novos centros híbridos passaram a ser organizados em todo o país e serão também os locais onde se concentrarão os espaços de tortura. Segundo relatos e depoimentos, os policiais escolhidos para o trabalho nos DOI, no geral, caracterizavam-se pela truculência, assim sendo reconhecidos e melhor utilizados os perfis profissionais de cada um dos policiais. Para Huggins, ainda que apenas teoricamente, já que na prática, muitas vezes era difícil manter uma divisão tão clara, havia de fato uma divisão do trabalho dentro dos esquadrões do DOI e entre eles e o centro do CODI. Aos interrogadores do DOI cabia o papel de conseguir informações, essas eram passadas aos CODI que as analisava, organizava e hierarquizava para serem novamente passadas aos DOI. Agora, no formato de “missões”, os esquadrões saíam para as buscas e capturas.

Não será preciso muita imaginação para se perceber a dimensão que os DOI-CODI acabaram assumindo a partir de sua constituição; depois deles, as ações contrárias à subversão organizam-se a partir de outra lógica. Passam a ser corriqueiros os sequestros à luz do dia, em que as vítimas eram encapuzadas e levadas para ser interrogadas e torturadas em lugares desconhecidos.

Segundo **Narciso Pires** (23/10/2014), há uma clara diferenciação entre a ação da repressão antes e depois da criação dos DOI CODIS. Para ele, “antes, a tortura era feita mais abertamente, ninguém se escondia; depois, tudo era mais “sofisticado”, os centros de tortura eram secretos, os torturadores se chamavam por codinomes, as pessoas eram sequestradas, trazidas aos lugares de tortura encapuzados. Há, de uma certa forma, a profissionalização desse pessoal”.

O estado do Paraná irá conhecer a ação desse órgão. Vários depoentes relatam sua passagem pela instituição. Entre os relatos estão os dos envolvidos na Operação Marumbi – já relatada anteriormente pelo GT Graves Violações dos Direitos Humanos –, que se constituiu como objeto de investigação em duas audiências públicas – Apucarana e Curitiba. Talvez seja a operação que melhor expressa a atuação desse órgão no Paraná. São as vítimas dessa operação que também nos oferecem os relatos mais completos acerca da Clínica Marumbi – local clandestino de tortura usado pelo DOI CODI, sem que, no entanto, seja possível definir de forma clara a sua localização. Ainda segundo Narciso Pires, embora seja possível supor que a chamada Clínica Marumbi ficasse nas proximidades da Praça Ruy

Barbosa, não é possível afirmar-se com certeza sua localização já que todos eram levados e retirados de lá encapuzados.

4. Reflexões finais

Um dos resultados de todo esse processo é a continuação, ainda hoje, da utilização das polícias militares no controle e gestão da população civil. A manutenção dessas polícias como forças auxiliares ao exército, a estrutura hierarquizada e não democrática de suas corporações são marcos desse processo que persistem à redemocratização da sociedade brasileira. Para Souza (2011, p. 70):

A América Latina não espantou totalmente todos os fantasmas do seu recente passado de ditaduras militares. O subcontinente ainda não restabeleceu completamente a normalidade democrática em todas as suas principais facetas, não obstante já conviver com os princípios da democracia formal e do estado democrático de direito em sua dimensão jurídica. Ainda não conseguiu levar para parcelas importantes da população os princípios consagrados em suas constituições de justiça, paz e desenvolvimento com equidade. O aparato estatal dos países latino-americanos ainda apresenta limitações em termos de controle social, transparência e efetividade das políticas sociais.

Ainda sobre a estrutura militarizada, convém destacar a falta de respeito que os policiais das categorias de base, sejam eles civis ou militares, sofrem no cotidiano das delegacias da polícia civil e quartéis da polícia militar. Essa “divisão” afeta, em especial, as praças das polícias militares, que são tratados como “inferiores”¹⁷, cultura essa herdada de todo o processo de formação das instituições militares, que por sua vez herdou da sociedade. Isso nos é também relatado pelo coronel Eliseu Furquin em seu depoimento a essa comissão em 24/05/2014. Segundo ele, a polícia militar está entre as instituições mais estigmatizadas/estigmatizadoras da sociedade e isso, em parte, deve-se ao papel que ela ocupou durante o período.

As práticas militarizadas somadas à forte hierarquização da estrutura das polícias têm sido pensadas como algumas das particularidades que marcam essas instituições como

17 Nas palavras de um soldado de uma unidade considerada de elite da Polícia Militar do Paraná, após ficar uma hora em pé, com outros colegas, pois um oficial escondeu parte de um determinado equipamento e outro oficial achou que alguém havia perdido: “Não somos considerados como profissionais, somos tratados como crianças. Com dezessete anos de polícia tenho que aguentar esse tipo de coisa”. Essa situação só reforça a falta de consideração que muitos oficiais têm com os policiais de base e a necessidade de mudanças severas nessas instituições.

anacrônicas e dificultadores do processo de democratização que se desenvolve no país. Assumidamente repressivas, essas instituições contradizem por si só a ideia de democracia e reforçam padrões de comportamento excludentes de maneira geral.

A pergunta que se faz é se é possível instituições antidemocráticas como são as polícias atenderem às demandas de uma sociedade em processo de democratização. Essa questão se coloca na medida em que elas mesmas não conseguem suportar as críticas internas que surgem dentro das corporações e acabam expulsando de seus quadros os indivíduos que ousam questioná-la, haja vista as recentes expulsões e punições de praças que se envolvem em movimentos de discussão acerca da desmilitarização das polícias.

A questão é válida também na medida em que, de forma recorrente, políticas de segurança pública têm se utilizado das forças armadas no cumprimento de tarefas pensadas como de responsabilidade das polícias. Como dito anteriormente, a Polícia Militar, organizada militarmente e subordinada ao Exército brasileiro, é também a principal corporação policial do país, o que por si só já torna a divisão de tarefas entre Forças Armadas e Corporações policiais bastante delicada. Embora se saiba que as competências institucionais dessas instituições são diferentes, sempre existiram zonas onde essas fronteiras se mesclam. Se se espera que as polícias mantenham a ordem pública operando contra os crimes e administrando os conflitos sociais, das forças armadas, espera-se que busquem manter a soberania nacional, principalmente contra intervenções externas de inimigos.

Entretanto, em agosto de 2010, é sancionada uma lei que atribui poder de polícia às Forças Armadas. Estaríamos assistindo a uma nova onda de militarização da sociedade ou ao reforço de uma dinâmica que nunca foi suprimida das políticas públicas ligadas a segurança? Se forem levadas em consideração as conclamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como exemplo, torna-se ainda mais urgente a discussão dessa temática, já que, muito embora as mesmas políticas introduzam em seu vocabulário conceitos como o de “policiamento de proximidade” ou da “polícia cidadã”, não é possível desvinculá-las de seu atrelamento claro aos modelos militares de ocupação territorial, “expulsão dos inimigos”, “guerra contra o crime” e afins – denotando de modo visível a ligação entre essa proposta e a ideia de Segurança Nacional, que orientava a ação das forças de repressão durante todo o período do

regime militar. Especificamente, no Estado do Paraná, essa proposta é denominada de UPS – Unidade Paraná Seguro, que, segundo Nogueira (2012, p. 2):

Refletem uma nova política de segurança pública implantada pelo governo estadual paranaense e objetiva tornar regiões com altos índices de criminalidade em espaços sustentáveis de segurança, nos quais, num planejamento de longo prazo, não haja necessidade de “intervenções agudas” da polícia.

Entretanto, esse mesmo autor chama a atenção para o processo de construção social utilizado para determinar as “regiões com altos índices de criminalidade” onde essas Unidades serão desenvolvidas, e evidencia, nessa construção, a tensão presente entre os interesses das diversas camadas sociais envolvidas no processo, de comerciantes a especulação imobiliária, passando pela “comunidade” e movimentos sociais. Reforça ainda a ideia de que, na sequência da “ocupação” pelas “forças da ordem”, deveriam ser instaladas e desenvolvidas várias ações de integração social, como a construção de locais de lazer, escolas, creches, entre outros, que continuam “no projeto”.

Outro elemento central é a continuidade de práticas de tortura por parte das instituições policiais, chacinas, mortes sumárias, sequestros, formação de grupos de extermínio e a criminalização de determinadas categorias sociais (importante elemento no momento de escolha das políticas públicas de segurança a serem desenvolvidas), que exemplificam as práticas não democráticas estabelecidas e legitimadas no período de ditadura e que persistem na atualidade à revelia dos poderes instituídos, sentenciando a sociedade brasileira à eternização velada da ditadura.

É esse processo, em suas múltiplas relações, que o Grupo de Trabalho Segurança Pública e Militarização buscou desvelar: o processo de recrudescimento da militarização da sociedade brasileira nos períodos ditatoriais, bem como a manutenção das práticas antidemocráticas fortalecidas nesses períodos e que ainda hoje fazem parte do repertório dessas instituições e ainda, os padrões de policiamento que historicamente contribuíram para modelar a segurança pública atual e ao que parece já não atende as demandas de uma sociedade democrática. Por tudo exposto acima, as recomendações desse GT são:

Recomendações:

1. Desmilitarização das polícias.

2. Fim da justiça militar.
3. *Revisão da Lei de Anistia*

Referências

- BURIHAN, E. A. A tortura como crime próprio. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.
- HELLER, M. I. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUGGINS, M. K. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.
- JOFFILY, M. R. A criação da Operação Bandeirantes (Oban). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2005.
- _____. Os gritos no porão. Revista de História, 2008. Disponível em: . Acesso em: 4 fev. 2017.
- MATHIAS, S. K.; ANDRADE, F. O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.
- MOTTA, R. P. S. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 42, n. 1, p. 52-69, 2006.
- NOGUEIRA, D. Unidade Paraná Seguro: uma abordagem inicial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1., 2012, Niterói. Anais... Niterói: Coninter, 2012.
- PARANÁ (Estado). Manual policial de controle de tumultos e distúrbios civis. Curitiba: Assessoria de Estudos e Planejamentos, 1964.
- SOUZA, L. A. F. S. Militarização da segurança pública no Brasil: respostas recentes a um problema antigo. *Revista Forum – Revista del Departamento de Ciencia Política*, Medellín, n. 2, p. 69-90, 2011.
- VARGAS, J. D. Em busca da “verdade real”: tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 237-265, 2012.

A versão final dos dois volumes do relatório pode ser acessada em <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Comissao-Estadual-da-Verdade>